

O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA CRÔNICA DE MACHADO DE ASSIS**EL CONCEPTO DE DEMOCRACIA EN LA CRÓNICA DE MACHADO DE ASSIS****THE CONCEPT OF DEMOCRACY IN MACHADO DE ASSIS'S CHRONICLES****JOSÉ ALMEIDA JÚNIOR¹**

RESUMO: Machado de Assis expressava por meio da crônica os seus pensamentos acerca do seu tempo, inclusive a respeito das questões de natureza política e social. Os textos também são uma oportunidade de conhecer o período histórico pelas lentes de um escritor perspicaz como Machado de Assis. O presente artigo tem como objetivo analisar como o escritor utilizou o termo democracia na série de crônicas “Ao acaso”, publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1864 e 1865. O trabalho também se propõe a estudar a evolução do conceito de democracia no Brasil entre 1770 e 1870. A pesquisa utilizará como método a análise de jornais, bem como a revisão da bibliografia relacionada aos estudos da obra de Machado de Assis e do período histórico, possibilitando o estudo imbricado do Direito e da Literatura. A pesquisa pretende demonstrar a hipótese de que Machado de Assis utilizava a expressão democracia de forma multifacetada, que nem sempre coincidia com o pensamento político da época em que as crônicas foram publicadas.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; crônica; democracia; direito e literatura.

RESUMEN: Machado de Assis expresaba a través de la crónica sus pensamientos sobre su tiempo, incluyendo cuestiones políticas y sociales. Los textos también ofrecen una oportunidad para comprender el período histórico a través de los ojos de un escritor perspicaz como Machado de Assis. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el escritor utilizó el término "democracia" en la serie de crónicas "Ao acaso," publicada en el periódico *Diário do Rio de Janeiro* entre 1864 y 1865. El trabajo también busca estudiar la evolución del concepto de democracia en Brasil entre 1770 y 1870. La investigación utilizará como método el análisis de periódicos, así como la revisión de la bibliografía relacionada con el estudio de la obra de Machado de Assis y el período histórico, permitiendo un estudio interconectado de Derecho y Literatura. La investigación tiene como objetivo demostrar la hipótesis de que Machado de Assis utilizaba el término "democracia" de manera polisémica, que no siempre coincidía con el pensamiento político de la época en que se publicaron las crónicas.

PALABRAS CLAVE: Machado de Assis; crónica; democracia; derecho y literatura.

ABSTRACT: Machado de Assis expressed, through his chronicles, his thoughts on his time, including political and social issues. The texts also offer an opportunity to understand the historical period through the lens of a perceptive writer like Machado de Assis. This article aims to analyze how the writer used the term "democracy" in the series of chronicles "Ao acaso," published in the newspaper *Diário do Rio de Janeiro* between 1864 and 1865. The work also seeks to study the evolution of the concept of democracy in Brazil between 1770 and 1870. The research will use newspaper analysis as a method, as well as a review of the bibliography related to the study of Machado de Assis's work and the historical period, enabling an intertwined study of Law and Literature. The research intends to demonstrate the hypothesis that Machado de Assis used the term "democracy" in a polysemic manner, which did not always coincide with the political thinking of the time when the chronicles were published.

¹ Mestrando em Direito e Políticas Públicas no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Brasília (DF), Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8150094958354636>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8588-6775>. E-mail: josealmeidajunior3@gmail.com.

KEYWORDS: Machado de Assis; chronicle; democracy; law and literature.

1 INTRODUÇÃO

A academia costuma dar destaque aos estudos da obra ficcional de Machado de Assis. As crônicas do escritor, no entanto, são fundamentais para entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo em que vivia (Gledson, 2006, p. 135). Pesquisando as crônicas publicadas na imprensa, é possível compreender as ideias do autor, acompanhar as leituras que fazia e reconstruir toda a filosofia inserida na sua produção. Machado de Assis assumia mais livremente nos jornais os seus pensamentos, abordando, inclusive, questões de natureza política e social (Pereira, 2022, p. 131). As crônicas também são uma oportunidade de conhecer o período histórico por meio do pensamento de um intelectual perspicaz como Machado.

Nos anos 1860, Machado de Assis contribuiu com as suas crônicas para três jornais: *Diário do Rio de Janeiro*, *O Futuro* e *Semana Ilustrada*. Para o *Diário do Rio de Janeiro*, o escritor publicou duas séries: entre outubro de 1861 e maio de 1862, “Comentários da semana”; entre junho de 1864 e maio de 1865, “Ao acaso”, série objeto da presente pesquisa. Ambas se destacaram pelo seu tom crítico e político (Granja, 2000, p. 15).

Machado de Assis começou o trabalho de cronista no *Diário do Rio de Janeiro* aos 22 anos, desenvolvendo recursos e técnicas que estariam presentes na sua obra ficcional. No entanto, a crônica machadiana não serviu apenas como uma espécie de “laboratório de ficção”, apresentando um valor histórico e literário em si (Granja, 2000, p. 18).

O presente artigo tem como objetivo analisar como Machado de Assis utilizou o termo democracia na série de crônicas “Ao acaso”. O trabalho também se propõe a estudar a evolução do conceito de democracia no Brasil entre 1770 e 1870.

A pesquisa pretende demonstrar a hipótese de que Machado de Assis utilizava a expressão democracia de forma multifacetada, que nem sempre coincidia com o pensamento político da época em que as crônicas foram publicadas.

A pesquisa apresenta relevância especial no momento em que as democracias ocidentais passam por um processo de corrosão, com líderes que usam o discurso esvaziado de democracia como pretexto para aplicar medidas autocráticas. A corrosão democrática tem se manifestado por meio do constitucionalismo abusivo e do legalismo autocrático. No constitucionalismo abusivo, o poder Executivo aumenta os seus poderes por meio de emendas constitucionais, reduzindo os poderes dos demais. No legalismo autocrático, o mesmo processo ocorre com a aprovação de uma legislação infraconstitucional. A democracia ainda

pode ser corroída por ataques à sociedade civil, com discursos que descredibilizam a imprensa e as organizações não governamentais (Mello; Rudolf, 2021, p. 110).

A democracia, na definição de Schumpeter, é um método político, constituindo um arranjo institucional para chegar a uma decisão política: legislativa ou administrativa. Sendo um processo, é incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas (Schumpeter, 1961, p. 295-6). Assim, é preciso compreendê-la com um processo histórico. A democracia não pode ser normatizada em ideia ou problema atemporal. Daí a necessidade de utilizar a história do conceito de democracia, contextualizando com o pensamento político da época (Koselleck, 2020, p. 117).

Compreender como um intelectual como Machado de Assis utilizava o conceito de democracia no século XIX, especialmente para denunciar o uso do termo por um líder autoritário como o ditador paraguaio Solano López, pode contribuir para os estudos atuais de corrosão democrática, tanto no direito, como na ciência política.

A presente pesquisa se situa no campo do direito e literatura, especificamente entre as investigações de natureza representacional, nas quais o direito se articula com a representação oferecida pelo texto literário, apoiando-se na concepção de que a obra de arte é uma *mimesis* da realidade (Karam, 2022).

Para analisar a democracia como um fenômeno político e jurídico na crônica de Machado de Assis, este trabalho terá como marco teórico a história do conceito de democracia no pensamento político brasileiro desenvolvido por Christian Lynch (Lynch, 2011).

A pesquisa fará uma revisão da bibliografia relacionada aos estudos da obra machadiana e do conceito de democracia, possibilitando o estudo interligado entre direito e literatura.

2 CONCEITO DE DEMOCRACIA NO BRASIL (1770-1870)

A democracia a que se referia Machado de Assis na série de crônicas “Ao Acaso”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1864 e 1865, não tinha o mesmo sentido do atual. A democracia é conceito multifacetado, assumindo sentidos conforme o período histórico. No Brasil, o termo adquire significados distintos entre 1770 e 1870: o conceito antigo de democracia (1770-1792); o conceito jacobino (1792-1831); o conceito moderado: uma democracia senhorial (1831-1868); a democracia como forma política: um conceito esvaziado (1868-1870) (Lynch, 2011, p. 361).

Até o ano de 1792, o conceito de democracia tinha um significado essencialmente histórico, sendo entendido como uma forma de governo. As experiências de práticas democráticas são Atenas e a República de Roma. Neste período, há dificuldade de estudar a história do conceito no Brasil, em razão do impedimento de impressão de livros e periódicos imposto à colônia por Portugal (Lynch, 2014, p. 254).

De 1792 a 1831, a democracia passou a ser relacionada aos princípios da Revolução Francesa, não havendo uma diferenciação clara entre os conceitos de democracia e república, sendo muitas vezes aplicados como sinônimos e em contraposição à monarquia (Lynch, 2011, p. 361).

Após a Independência do Brasil, a Inglaterra tentou consolidar a sua influência política pelo reconhecimento do novo Império. O ministro britânico das Relações Exteriores queria preservar a monarquia no Brasil como antídoto ao republicanismo e ao que considerava ser os “males da democracia universal” no continente americano, como um elo vital entre o Velho Mundo e o Novo Mundo (Bethell, 2019, p. 175-6).

Durante a Constituinte de 1823, posteriormente dissolvida pelo Imperador em novembro do mesmo ano, a democracia esteve presente nos debates. Na sessão de 3 de maio, Dom Pedro I argumentou que as constituições da França, Espanha e Portugal têm mostrado que são experiências totalmente teóricas e metafísicas e, por isso, inexequíveis. O Imperador defendeu uma constituição que poria barreiras ao despotismo, quer real, quer aristocrático, quer democrático, e afugentaria a anarquia.

O horror à democracia entre os constituintes era comum, tanto entre os mais conservadores, como entre os mais radicais. Havia uma desconfiança generalizada em relação ao povo. Na Assembleia Constituinte, Henriques de Rezende, revolucionário de 1817, chegou a se declarar inimigo da democracia (Costa, 1999, p. 80-1).

Embora críticos da aristocracia, os liberais mantinham uma relação ambígua com a democracia. A maioria era integrada por fazendeiros e comerciantes, beneficiados com o tráfico de escravos, de modo que não se sentiam confortáveis para defender abertamente a democracia, porque temiam o nivelamento das classes inferiores (Lynch, 2011, p. 371). Assim, no período da Independência e nos anos que se seguiram, até os liberais tinham reservas em relação à chamada democracia pura (republicana), preferindo uma monarquia constitucional.

No período de 1831 a 1868, houve uma evolução do conceito de democracia. Após a abdicação de Dom Pedro I, os liberais passaram a utilizar o termo para justificar as reformas constitucionais pretendidas. Refutaram o argumento de que o Brasil precisava de um modelo monárquico unitário forte, a fim de preservar a escravidão e a integridade do território nacional. O país tinha que adotar instituições análogas à dos norte-americanos, adaptadas à monarquia. Assim, o Brasil precisava assumir uma monarquia democrática (Lynch, 2011, p. 373).

Inspirada nos Estados Unidos, a reforma constitucional de 1834, no período da Regência, descentralizou o poder para as províncias, fortaleceu a Câmara dos Deputados e enfraqueceu as instituições políticas não-eletivas. Diogo Feijó chegou a afirmar que de monarquia o Brasil só tinha o nome (Lynch, 2011, p. 374-5).

Os liberais percebiam na desconcentração de poder a consagração da liberdade e da democracia. Por outro lado, os conservadores argumentavam que a autonomia provincial, com a federação, seria apenas a anarquia. Por isso, defendiam a centralização política como principal bandeira, só ela seria capaz de assegurar a unidade do Império, a paz, a ordem e o progresso (Faoro, 2022, p. 221-2).

A ideia de síntese entre monarquia e democracia marcou as décadas seguintes. De 1831 a 1868, praticamente vigorou um consenso da classe política no sentido de consolidação de uma monarquia constitucional e representativa, sendo entendida como produto de um equilíbrio entre o princípio monárquico, como expressão da ordem, autoridade e unitarismo, encarnado na pessoa do Imperador, e o princípio democrático, como progresso, liberdade e descentralização, encarnado na Câmara dos Deputados. Em termos partidários, os conservadores representavam o princípio monárquico, e os liberais o democrático (Lynch, 2014, p. 265).

O conceito liberal de democracia do período, no entanto, estava associado ao espaço senhorial, pois existia uma distinção implícita no significado da palavra povo, empregada tanto como *populus* para se referir à elite, quanto como *plebs* para designar classes sociais mais baixas (Lynch, 2014, p. 265). Em 1831, o deputado Evaristo da Veiga esclarecia o significado da palavra povo:

Quando dizemos povo, claro está que não falamos da massa ignorante, ou destituída de interesse na ordem social, que os demagogos adulam e de que fazem o objeto de suas especulações; mas sim dos homens pensantes, honestos e que nada tendo a ganhar na anarquia olham para qualquer aparência de menosprezo que se note a respeito da Nação, do seu decoro e prosperidade (Lynch, 2011, p. 376).

Teófilo Otoni defendeu na *Circular aos eleitores de Minas Gerais* de 1860 “a democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia de gravata lavada, a democracia que, com o mesmo asco, repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só” (Otoni, 2021, p. 29).

O conceito de democracia do período entre 1868 e 1870 apresentava quatro significados. Os dois primeiros eram meras continuidades da década de 1820 e compreendiam o combate à autonomia do poder monárquico e promoção da descentralização política. No entanto, havia duas acepções novas do conceito: a democracia enquanto forma político-eleitoral e a democracia como sociedade igualitária. A primeira implicava estender o direito de voto para além do círculo preexistente de cidadãos; a segunda, a ampliação do círculo de cidadãos na esfera civil pela extinção da escravidão (Lynch, 2014, p. 266-8).

No entanto, o que prevalece no período era uma definição negativa ou esvaziada da democracia. Ela não era definida como um regime novo de ampla participação política, mas como de continuidade, suprimidos apenas o poder pessoal do monarca e a descentralização

política. Persistia também um sentido senhorial e não igualitário de democracia, que, por definição, aproximava-se da oligarquia (Lynch, 2011, p. 384).

Os conceitos de democracia no Brasil entre 1770 e 1870 indicam uma dificuldade de entendê-los como possuindo um sentido liberal mais avançado. A representação da sociedade brasileira como democrática era restrita a uma elite. Assim, o significado de democracia acabou apreendido pela opinião pública da época menos pelo seu conteúdo intrínseco do que pela oposição à centralização e ao poder pessoal do monarca. Na prática, o conceito de democracia significava um autogoverno das elites provinciais sem interferência da plebe ou do governo nacional (Lynch, 2011, p. 384).

3 DEMOCRACIA EM MACHADO DE ASSIS

Joaquim Maria Machado de Assis escreveu para o *Diário do Rio de Janeiro* a série de crônicas “Ao acaso” entre junho de 1864 e maio de 1865. Dos 24 aos 25 anos de idade, publicou 42 crônicas, no período de cinquenta semanas (MASSA, 2009, p. 384). Semanalmente, os textos saíam no rodapé do jornal e analisavam os principais fatos da vida política e cultural do Rio de Janeiro (Granja, 2000, p. 73).

O cronista desenvolvia um estilo próprio para despertar o interesse para as notícias já conhecidas pelos leitores que costumavam acompanhar os jornais (Granja, 2000, p. 126). Machado de Assis assinava a série com as iniciais M. A. Em tom de sarcasmo, abordou o significado da assinatura da série de crônicas:

Mais algumas linhas, e vou escrever as minhas iniciais.
 Que querem dizer estas iniciais? Perguntava-se em uma casa esta semana.
 Uma senhora, em quem a graça e o espírito realçam as mais belas qualidades do coração, — disse-me um amigo, — respondeu:
 — M. A. quer dizer — primeiramente, “Muito Abelhudo” — e depois, “Muito Amável”.
 O meu amigo acrescentou:
 — Alegra-te e comunica isso aos teus leitores (Assis, 1864-1865).

Os recursos da ironia e do sarcasmo fizeram parte da série e serviram de ensaio para os textos que Machado de Assis desenvolveria em sua ficção (Granja, 2000, p. 119). Como o próprio Machado escreveria posteriormente: “eu gosto de ver a política entrar pela literatura; anima a literatura a entrar na política, e dessa troca de visitas é que saem as amizades” (Assis, 1894).

Durante a série, Machado de Assis empregou os termos “democracia”, “democratize-se”, “democrata” ou “democrático” em quatro crônicas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*: 20 de junho de 1864; 26 de setembro de 1864; 24 de outubro de 1864 e 12 de março de 1865.

3.1 Democracia no contexto da invasão francesa no México

Em sua segunda crônica da série “Ao acaso”, publicada em 20 de junho de 1864, Machado de Assis comentou o discurso do deputado Lopes Netto na Câmara dos Deputados a respeito da situação do México, que fora invadido pela França de Napoleão III². O parlamentar defendia, em resumo, que: o novo império não era o resultado da invasão francesa, mas apenas uma obra da grande maioria do país; a nova monarquia era uma monarquia constitucional; o império do México era em tudo igual ao império do Brasil; o México iria entrar em uma era de paz e de prosperidade; o século não era de conquistas, e, portanto, o México não era uma conquista francesa (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis se contrapunha a Lopes Netto, afirmando que o resto do mundo defendia que o México era apenas uma conquista francesa, realizada pelas armas e apoiada no interior por um partido parricida. Segundo o escritor, o resto do mundo pensava:

Que, qualquer que seja o estado de um país e qualquer que seja a probabilidade de pronta regeneração, depois de uma nova ordem de coisas, — nenhum outro país pode impor-lhe um governo estranho, seja república, seja monarquia constitucional ou absoluta, seja governo aristocrático, democrático ou teocrático (Assis, 1864-1865).

O escritor critica a invasão francesa, alegando que nenhum país poderia impor um governo ao outro, ainda que fosse para implantar um governo democrático. Segundo Machado, a expedição francesa foi uma conquista, não um ato de generosidade de Napoleão III.

Machado de Assis ridicularizou Lopes Netto, tendo em vista que a sua posição era minoritária no Brasil. Assim, o deputado e os outros defensores da invasão francesa no México seriam colocados em oposição ao resto do mundo (Granja, 2000, p. 104). Ao concluir a crônica, Machado de Assis fez uma provocação ao deputado, perguntando o que diria Lopes Netto se qualquer governo estrangeiro mandasse uma esquadra às águas brasileiras, rasgasse as instituições, dissolvesse os poderes constitucionais, derrubasse o trono, e implantasse a melhor utopia de governo possível.

A invasão francesa ao México voltou a ser tema da crônica de 12 de março de 1865. Na semana anterior à publicação do texto, o Império do Brasil havia recebido o embaixador mexicano Pedro Escondon, trazendo a notícia da assunção de Maximiliano I como Imperador e se apresentando como ministro plenipotenciário (Assis, 1864-1865).

Respondendo a uma carta de um leitor identificado como “amigo da verdade”, que defendia a monarquia de Maximiliano I, assim como a presença do novo embaixador no Brasil, Machado de Assis reafirmou que o império do México era um filho da força e uma sucursal do

² Em 1862, os franceses, comandados por Napoleão III, invadiram o México, para cobrar dívidas do governo mexicano. Com apoio de monarquistas do partido conservador do México, o arquiduque Maximiliano de Habsburgo foi coroado como monarca do Império mexicano (Prado, 2014).

império francês. Em seguida, o escritor criticou a postura da diplomacia brasileira, que não esteve presente no congresso do continente americano realizado em Lima, capital do Peru:

o fato é que o Brasil não teve representante no congresso, e eis aqui como a democracia americana traduz o nosso procedimento: antipatia do Império para com os interesses americanos. É sem dúvida uma ilusão; a nação brasileira não conhece nem se comove por outros interesses; mas a verdade é que o procedimento do Brasil produziu aquela opinião (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis afirmou que os Estados Unidos nunca viram com bons olhos a invasão francesa no México, inclusive o congresso de Washington votou uma moção contrária ao novo governo mexicano. Segundo o voto aprovado: “há dois governos no México, disse aquele senador: nós só podemos reconhecer o da república; nada temos que deslindar com o império” (Assis, 1864-1865).

Machado defendia que o Brasil não podia ter comunhão de interesses nem de perigos com o México, porque a origem brasileira é legítima, e o seu espírito é, antes de tudo, americano. Entre o México e o Brasil havia apenas a identidade do título do Império, nada mais. O escritor repudiava a tentativa de aproximação dos Impérios mexicano e brasileiro, bem como a atuação no Brasil do embaixador mexicano Pedro Escandon.

Segundo o cronista:

Assim é que os dois impérios da América, — um repudiado pela democracia do norte, outro esquivando-se a entrar na liga da democracia do sul, — ficariam sendo a dupla Cartago do continente, e isolar-se-iam cada vez mais, se acaso se estabelecesse essa reciprocidade de interesses de que falou o Sr. Escandon (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis identifica no continente americano dois Impérios: o brasileiro e o mexicano; bem como a democracias do norte, representada pelos Estados Unidos, e as democracias do sul, representadas pelas repúblicas sul-americanas. Verifica-se, portanto, que Machado associou o conceito de democracia à forma de governo da república. O escritor não fazia distinção do conceito moderado de democracia (1831-1868) entre governo descentralizado e centralizado. Ao que parece, Machado de Assis utilizou aqui a democracia como sinônimo de república.

3.2 Democracia na acepção de tornar acessível a todos

Na crônica de 26 de setembro de 1864, Machado de Assis comentou uma notícia publicada no *Jornal do Comércio*, em que anunciava um novo ensino de música ministrado por Carlos Hermann e Rahn. Os professores prometem, com o método, que qualquer pessoa estaria habilitada a compor uma música e a improvisar no piano. Com ironia, o escritor reage à notícia:

Antes não poderia fazê-lo; a música era então um monopólio dos gênios e dos talentos que Deus criava e o estudo instruía. Hoje, a música democratize-se;

não só Mozart pode ser músico, como pode sê-lo qualquer indivíduo, o leitor ou eu, sem precisar nem de talento nem de estudo (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis utiliza o verbo democratizar em um sentido que extrapola o político. Aqui democratizar tem a acepção de se tornar acessível a todos. O sentido está descrito no dicionário Michaelis: “2 Tornar(-se) popular ou acessível” (Michaelis, 2023). O escritor ironizou os professores de música, afirmando que daqui em diante todas as famílias serão obrigadas a ter em casa uma máquina de fazer café e uma máquina de fazer música.

O cronista não utilizou na crônica de 26 de setembro de 1864 os conceitos de democracia existentes no pensamento político da época, restringindo-se a fazer uso da expressão com um sentido geral. Machado de Assis atribuiu, portanto, à democracia um sentido diferente, baseado na historicidade.

3.3 Democracia no contexto da Guerra do Paraguai

A série de crônicas “Ao acaso” (1864 – 1865) coincidiu com o início dos conflitos com os países vizinhos: primeiro entre o Brasil e Uruguai; depois entre Brasil e Paraguai. Desde a crônica de 22 de agosto de 1864, Machado de Assis já manifestava preocupação com “os negócios do Rio da Prata”. O escritor demonstrava nas crônicas uma atitude nacionalista em relação aos embates diplomáticos e o apoio às soluções militares (Granja, 2000, p. 106).

Em julho de 1863, o governo uruguaio procurou apoio de Solano López para resolver disputas internas. No início, o presidente paraguaio hesitou em fazer uma aliança formal com os *blancos* contra os *colorados* do Uruguai, mas estes passaram a ter o apoio do Brasil e da Argentina. No segundo semestre do mesmo ano, Solano López lançou alertas contra o que acreditava ser uma ameaça ao equilíbrio de poder existente na região platina. López sentiu que seria uma oportunidade de mostrar o poder econômico e militar do Paraguai. No começo de 1864, ele começou a mobilização para uma possível guerra (Bethell, 2019, p. 212).

Em maio de 1864, a diplomacia brasileira não conseguiu acertar as suas diferenças com o Uruguai, especialmente com o presidente Atanasio Aguirre. O Brasil, então, lançou um ultimato ao governo uruguaio em agosto do mesmo ano, ameaçando retaliar os supostos abusos sofridos por súditos brasileiros no país vizinho. Em reação, Solano López advertiu o Brasil contra a interferência externa. Ignorando o alerta, soldados brasileiros invadiram o Uruguai em 16 de outubro. Em 12 de novembro, após a captura de um vapor mercante brasileiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Paraguai (Bethell, 2019, p. 213).

Na crônica de 24 de outubro de 1864, menos de dois meses antes do início da Guerra do Paraguai, Machado de Assis ironizou a sanha militarista de Solano López e convoca algum Homero do Rio de Janeiro para ilustrar as façanhas do presidente paraguaio:

O presidente López não quis deixar passar esta ocasião de brilhar; conseguiu apanhá-la pelos cabelos. Era a mais propícia para trazer à tona da água os seus

sentimentos de liberdade, de independência e de democracia — três vocábulos sonoros que têm conceituado muita gente, debaixo do sol.

Dizia-se há muito que o presidente López nutria pretensões monárquicas e preparava o terreno para cingir um dia a coroa Paraguáia; mas S. Excia. é, antes de tudo, democrata americano; onde quer que ouça gemer a democracia americana — não hesita: — pede a sua espada de Toledo, cinge o capacete de guerra e dispõe-se a ir verter o sangue em defesa da mãe comum.

Democracia americana — naqueles climas — quer dizer: companhia de exploração dos direitos do povo e da paciência dos vizinhos. Déspotas com os seus, turbulentos com os, sem grandeza moral, sem dignidade política, incapazes, presumidos, gritadores, tais são os pretendidos democratas de Montevideú e de Assunção (Assis, 1864-1865).

Antes de Solano López, a república do Paraguai passou por outras ditaduras. Com José Gaspar Rodríguez de Francia (1813–1840) e o seu sucessor Carlos Antonio López (1844–1862), o país se isolou política e economicamente de seus vizinhos, desempenhando um papel secundário nas guerras civis e internacionais da região platina, na primeira metade do século XIX (Bethell, 2019, p. 212).

O presidente paraguaio Carlos López, quando gravemente enfermo em agosto de 1862, fez o seu primeiro testamento político, designando Angel Benigno López, um de seus cinco filhos, para assumir o cargo de vice-presidente. Angel havia estudado durante dois anos, na década de 1840, na Escola Naval da Marinha brasileira, possuindo ideias mais liberais que inspiravam desconfiança em seu irmão mais velho, Solano López (Doratioto, 2022, p. 49-50).

Carlos Antonio López morreu em setembro de 1862, mas, em vez de Angel Benigno, quem assumiu a presidência da República foi Solano López, aos 36 anos de idade. A sucessão só foi possível, porque o Congresso do Paraguai, convocado por Carlos Antonio López em 1856, havia baixado a idade mínima para ocupar a presidência de quarenta para trinta anos (Doratioto, 2022, p. 49).

Solano López assumiu a presidência da República, em caráter provisório. Em 16 de outubro de 1862, foi instalada a sessão do Congresso paraguaio para eleger o novo chefe do Executivo. A candidatura presidencial de Solano López foi a única apresentada. O deputado José María Varela apresentou moção questionando a legitimidade de se passar o poder de pai para filho quando o regime era republicano, alegando que o governo da República não era patrimônio de uma família. Sob pressão, Varela retirou a moção, sendo Solano López eleito, por unanimidade, para um mandato de dez anos (Doratioto, 2022, p. 51-2).

Os deputados que questionaram a candidatura de Solano López foram detidos, com a acusação de conspirar contra o Estado e de tentarem promover uma revolução social, moral e política. Benigno López, irmão do presidente, teve que ser confinado no interior do Paraguai (Doratioto, 2022, p. 49-50).

Na presidência, Solano López deu continuidade à tradição autoritária da república paraguaia. Meses depois de assumir o poder, foi reimpresso o Catecismo de San Alberto, que

o apresentava praticamente como um monarca. O livro tentava incutir nas crianças que um rei não estava submetido ao povo, mas a Deus, seu único superior. Solano López se portava mais como um monarca absolutista do que como presidente da República (Doratioto, 2022, p. 53).

Tendo conhecimento das práticas autoritárias do presidente paraguaio, Machado de Assis ironizou o discurso democrático de Solano López em sua crônica:

É uma santa coisa a democracia — não a democracia que faz viver os espertos, a democracia do papel e da palavra, — mas a democracia praticada honestamente, regularmente. Quando ela deixa de ser sentimento para ser simplesmente forma, quando deixa de ser ideia para ser simplesmente feito, nunca será democracia, — será espertocracia, que é sempre o governo de todos os feitos e de todas as formas.

A democracia, sinceramente praticada,—tem os seus Gracos e os seus Franklins; quando degenera em outra coisa tem os seus Quixotes e os seus Panças, Quixotes no sentido da bravata, Panças no sentido do grotesco. Arreia-se então a mula de um e o rocinante de outro. Cinco palmos de seda, meia dúzia de vivas, uma fila de tambores, — e quanto basta então para levar o povo atrás de um fanfarrão ao ataque de um moinho ou à defesa de uma donzela (Assis, 1864-1865).

O cronista louvou a democracia “sinceramente praticada” e apresentou figuras históricas relevantes como os irmãos Graco da República de Roma e Benjamin Franklin, um dos pais fundadores dos Estados Unidos. Os personagens citados pelo escritor indicavam uma associação da democracia à forma de governo republicana.

Por outro lado, Machado de Assis não fez uma associação automática entre democracia e república. Machado conseguiu identificar aqueles que, como Solano López, usavam o discurso democrático para promover a tirania. Para o escritor: “opor uma barreira às invasões imperialistas, eis o dever de um bom democrata americano, que ama deveras a liberdade e quer a independência da livre América” (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis ironizava o fato de o presidente paraguaio convocar as multidões e fazer discursos com a linguagem da liberdade e do valor. Considerava a postura de Solano López um delírio. Para Machado, apenas os uruguaios deviam temer o poderio bélico do Paraguai:

Devem tomar-se ao sério estas demonstrações? Devemos estremecer à notícia do aspecto bélico do equilibrista paraguaio? Ninguém responderá afirmativamente. Só em Montevidéu é que ninguém ri do presidente López e do entusiasmo de Assunção. A razão é clara. Confederaram-se os espertos e os impotentes para a obra comum de salvar uma democracia nominal, sem a força da dignidade nem o alento da convicção (Assis, 1864-1865).

Machado de Assis talvez tenha subestimado Solano López. Em 13 de dezembro, Solano López declarou guerra ao Brasil e invadiu o Mato Grosso. Em 18 de março de 1865, quando a Argentina negou autorização ao Exército paraguaio para atravessar Misiones, para invadir o Rio Grande do Sul, o Paraguai também declarou guerra aos argentinos. No mês seguinte, invadiu a província argentina de Corrientes (Doratioto, 2022, p. 214).

Após o início da Guerra do Paraguai, Machado de Assis manteve uma atitude ufanista, especialmente após a invasão do Brasil por parte dos paraguaios e o ataque ao Forte de Coimbra, acompanhando o espírito dos jornais do Rio de Janeiro no período. Machado defendia a derrocada de Aguirre e López: “Depois de Aguirre passa-se a López. Mata-se o dois de paus e arma-se a cartada ao rei de copas” (Assis, 1864-1865).

Da mesma forma que nos dois textos da série “Ao acaso” referentes à invasão francesa no México (crônicas de 20 de junho de 1864 e 12 de março de 1865), Machado de Assis não utilizou o conceito moderado de democracia (1831-1868), em que se associa a democracia a um governo descentralizado.

No entanto, o cronista não aplicou o conceito jacobino de democracia (1792-1831), ou seja, não tratou república e democracia como sinônimos. Pelo contrário, o escritor identificou o discurso democrático vazio de Solano López e utilizou a ironia para ridicularizar o presidente paraguaio, que se aproximava mais de uma tirania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia é conceito multifacetado, assumindo, no Brasil, significados distintos entre 1770 e 1870: o conceito antigo de democracia (1770-1792); o conceito jacobino (1792-1831); o conceito moderado: uma democracia senhorial (1831-1868); a democracia como forma política: um conceito esvaziado (1868-1870).

No primeiro período (1770-1792), a democracia apresentava um significado essencialmente histórico, sendo entendida como uma forma de governo. As experiências democráticas eram Atenas e a República de Roma.

No segundo período (1792-1831), não havia uma diferenciação clara entre os conceitos de democracia e república, sendo muitas vezes aplicados como sinônimos e em contraposição à monarquia.

No período de 1831 a 1868, houve uma evolução do conceito do termo. Após a abdicação de Dom Pedro I, os liberais passaram a utilizar a democracia para contestar o argumento de que o Brasil precisava de um modelo monárquico unitário forte. Assim, o Brasil precisava adotar uma monarquia democrática, com a descentralização do poder.

No período entre 1868 e 1870, a democracia podia apresentar quatro significados, sendo que os dois primeiros eram meras continuidades da década de 1820 e compreendiam o combate à autonomia do poder monárquico e promoção da descentralização política. No entanto, havia duas acepções novas do conceito: a democracia enquanto forma político-eleitoral e a democracia como sociedade igualitária.

No período acima citado (1770-1870), o conceito liberal de democracia se restringia ao espaço senhorial, já que havia uma diferenciação no significado da palavra povo, utilizada

como *populus*, para se referir à elite; também como *plebs*, para designar classes sociais mais baixas. A democracia, portanto, estava a serviço somente dos interesses das elites, sem a inserir a ideia de igualdade material ou sufrágio universal.

Ao longo da série “Ao acaso” publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, o escritor utilizou os termos “democracia”, “democratize-se”, “democrata” ou “democrático” em quatro oportunidades, quais sejam: 20 de junho de 1864; 26 de setembro de 1864; 24 de outubro de 1864; 12 de março de 1865.

Nas crônicas referentes à invasão francesa no México (20 de junho de 1864 e 12 de março de 1865), Machado de Assis identificou no continente americano dois Impérios: o brasileiro e o mexicano; a democracias do norte, representada pelos Estados Unidos; e as democracias do sul, representadas pelas repúblicas sul-americanas. Nas duas crônicas, o escritor associou a democracia à forma de governo da república. Assim, Machado não fez a distinção do conceito moderado de democracia (1831-1868) entre governo descentralizado e centralizado. Ele utilizou aqui a democracia como sinônimo de república.

Na crônica de 26 de setembro de 1864, Machado de Assis empregou o verbo democratizar em um sentido que difere do pensamento político. Aqui democratizar tem a acepção de se tornar acessível a todos. Machado ironizou os professores de música que pretendiam universalizar o talento para a música.

Da mesma forma que nos dois textos da série “Ao acaso” referentes à invasão francesa no México, o cronista não utilizou o conceito moderado de democracia (1831-1868), em que se associa a democracia a um governo descentralizado. No entanto, Machado de Assis não aplicou o conceito jacobino de democracia (1792-1831), ou seja, não trata república e democracia como expressões sinônimas. Pelo contrário, o escritor identificou o discurso democrático vazio de Solano López e usou a ironia para ridicularizar o presidente paraguaio e o seu militarismo autoritário.

Verifica-se, portanto, que as crônicas machadianas da série “Ao acaso” utilizavam a expressão democracia com várias acepções, que nem sempre coincidiam com o pensamento político da época em que os textos foram publicados. Em algumas crônicas, Machado de Assis associou a palavra democracia à ideia de república, em outras deu o sentido de tornar acessível a todos.

Embora não estivesse preso aos conceitos do pensamento político da época, Machado de Assis atribuiu à palavra democracia um caráter multifacetado. O que não significa que o escritor tivesse uma postura acrítica em relação ao conteúdo do termo. Pelo contrário, com o recurso da ironia, Machado denunciou o uso vazio e deturpado da democracia utilizado pelo paraguaio Solano López.

A democracia, como se entende atualmente, forma-se por meio de um processo histórico. O seu conceito não pode ser analisado de maneira atemporal, sendo necessário fazer uma contextualização de acordo com os pensamentos políticos e jurídicos. Compreender a história do conceito de democracia pela ótica de um pensador como Machado de Assis, especialmente quando ironiza o uso do termo por um líder autoritário como o ditador paraguaio, pode fornecer elementos para os estudos atuais de corrosão democrática, no direito e na ciência política.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado. Ao acaso. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 1864-1865. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Ao%20Acaso,%201864.htm>. Acesso em: 5 maio 2023.
- ASSIS, Machado. A Semana. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm#C1894>. Acesso em 05.4.2023.
- Anais da assembleia constituinte de 1823. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/anais_imperio/1823/1823%20livro%201.pdf. Acesso em: 5.4.2023.
- BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional (1830-1889)*; Coleção história do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. p. 170-239.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, eBook Kindle.
- FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação*. Campinas: Fapesp, 2000.
- KARAM, Henriete. Direito e literatura em sua articulação teórica: contribuições de Umberto Eco à hermenêutica jurídica. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 17, n. 3, e71424, 2022. Doi: <https://doi.org/10.5902/1981369471424>.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceito: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Democracia. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 253-274.

LYNCH. Do despotismo da gentalha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). *Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 3, p. 355-390, 2011.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1877*: ensaio de biografia intelectual; tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

MELLO, Patrícia; RUDOLF, Renata. Watchdogs da Democracia: proteção democrática em rede. In: MELLO, Patrícia; Bustamante, Thomas (org.). *Democracia e resiliência no Brasil: a disputa em torno da constituição de 1988*. Barcelona: Bosch Editor, 2021.

Michaelis: dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/democratizar/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MORAIS, Fausto Santos; BERNST, Luísa Giuliani. *Direito, escravidão e literatura*: reflexões do constitucionalismo liberal à brasileira a partir da obra negrinha, de Monteiro Lobato. *Anais do II CIDIL.*, v. 2, n. 1, jul. 2014.

OTTONI, Teófilo. *Série perfil parlamentar*. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2021.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. São Paulo: Boitempo, 2022.

PRADO, M. L. C. A pena e a espada: a Revue des Deux Mondes e a intervenção francesa no México. *Varia Historia*, v. 30, n. 54, p. 613-630. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000300002>. Acesso em: 5 abr. 2023.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Idioma original: Português

Recebido: 12/01/24

Aceito: 16/05/24